ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS COMERCIANTES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Nº 368, 31.MARÇO.2020

Boletim
Materiais de Construção

Nota de Abertura

E depois da pandemia?

Ninguém estava preparado para isto! A frase está gasta, mas não deixa de ser verdadeira.

Em todo o mundo, a resposta dos governantes e dos cidadãos ultrapassou, em muitos aspetos, a pura racionalidade. Este vírus, embora novo e com uma elevada taxa de contágio, é, apesar de tudo, o menos agressivo e fatal dos outros coronavírus (o SARS e o MERS) que surgiram nas últimas duas décadas. Em termos estatísticos, segundo os cientistas, "apenas" correm risco de vida uns "meros" 2% a 3% dos infetados testados positivos, valor que pode baixar para menos de 1% dos efetivamente infetados.

Mas quando se trata de casos de vida ou de morte, na nossa comunidade e nos que nos são mais próximos, não é só a razão que comanda, nem poderia.

Seja como for, há outras áreas das nossas vidas, quer ao nível individual, quer das estruturas económicas e sociais, que estão a ser profundamente afetadas, nomeadamente os rendimentos, as empresas e os empregos. Só ainda não sabemos exatamente com que dimensão e por quanto tempo.

O nosso governo, por cálculo ou por suposta avaliação de incapacidade do Estado, decidiu, em divergência com as recomendações e as boas práticas económicas, ficar "a meio caminho" nas medidas de salvaguarda das empresas, dos empregos e dos rendimentos. Admite-se, em consequência, um impacto mais destrutivo da crise no lado da oferta (capacidade produtiva) e uma maior redução da procura interna na fase pós emergência, a qual se deverá vir a refletir também ela numa recuperação mais morosa e difícil da atividade económica, na medida em que potencia, em intensidade e duração, os ciclos de interações recessivas entre a procura e a oferta.

Na verdade, privilegiou-se a política dos empréstimos/endividamento que não é tecnicamente adequada para enfrentar um queda tão rápida e tão drástica da procura como a que esta crise sanitária (e as medidas de restrição) provocaram. Só as transferências diretas poderiam evitar as falências e os despedimentos e manter a funcionar durante estes dois meses as centenas de milhar de pequenos negócios que constituem a maioria do nosso tecido económico.

A orientação para o recurso ao endividamento, que além disso é muito mais penalizador em Portugal do que nos outros países europeus devido ao sobre-endividamento que já se verifica e à descapitalização crónica das nossas empresas, é um instrumento apropriado para a fase de recuperação, mas não para suprir os prejuízos da emergência. Estamos convictos que esta opção nos vai custar muito mais caro e que tornará a recuperação mais lenta, para além dos enormes custos sociais envolvidos.

De uma forma ou de outra, a situação de emergência sanitária e de condicionamento vai ser aliviada, previsível e desejavelmente dentro de quatro a seis semanas (antes do final de maio), regressando alguma normalidade com as pessoas a retomar o trabalho, pelo menos aquelas que puderam manter o emprego.

No nosso sector, felizmente não fomos forçados ao encerramento, nem por decreto nem por queda abrupta da procura, admitindo-se que a atividade possa prosseguir nos próximos dois meses, mesmo que com algumas restrições e quebras de vendas que, em todo o caso, não deverão ser dramáticas.

Todavia, embora a atividade da construção não seja de momento a mais exposta às flutuações conjunturais, deveremos equacionar as consequências da crise económica global e da quebra da procura interna, esta resultante das políticas públicas adotadas e da dependência do nosso país relativamente ao turismo, sector cujo arranque deverá ser adiado ainda por muitos meses.

Vamos ter que estar atentos e agir com cautelas redobradas no domínio dos créditos. Algo que a crise anterior já nos ensinou!

Assembleia Geral da APCMC adiada

Tendo em conta a atual situação epidémica relacionada com o novo coronavírus (COVID-19) e a facilidade com que se propaga, a Direção da APCMC entendeu avisado, por precaução, adiar a Assembleia Geral, o seminário «Costumer Experience» e a sessão de apresentação das novas previsões da evolução do setor, cuja realização estava prevista para o próximo dia 19 de março.

A nova data será marcada em função da evolução da situação.

Legislação

COVID-1
Medidas adotadas
Parentalidade
Alterações em vigor a partir de 1 de abril

Fiscalidade

Orçamento do Estado para 2020
- Alterações Fiscais
Imposto do Selo
Declaração mantém anterior modelo